

SUMÁRIO EXECUTIVO

Microrregião Nordeste

Parte da coletânea de resumos das
microrregiões do estado do Espírito Santo.



Social



Econômico



Ambiental



Território



Gestão
Pública

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou do Governo do Estado do Espírito Santo.

REITOR UFES

Paulo Sérgio de Paula Vargas

REITOR IFES

Jadir Jose Pela

COORDENADOR REGIONAL

Ednilson Silva Felipe

EQUIPE**Pesquisadores de áreas temáticas**

Aline Marques Alves de Araújo
Carmelita Minelio da Silva Amorim
Edney Leandro da Vitória
Ednilson Silva Felipe
Hugo Cristo Sant Anna
Jorge Luiz dos Santos Junior
Juliano Pelição Molino
Mayara Bertolani
Nathan Marques Durr
Sandro José da Silva
Talita Aparecida Pletsch
Tatiana Aparecida Ferreira Doin
Terezinha Rosa de Souza
Ueber José de Oliveira
Vânia Moreira R. de Sousa Cirqueira

Pesquisadores (Bolsistas ICT)

Ana Kécilly Vieira
Bárbara Kirmes Marçal
Eduarda Carolina Gonçalves Lira
Eduarda Nascimento Soares
Erick Spalenza
Igor Luiz de Oliveira
Laura Amaral Braga
Letícia Oliveira Santos
Luana Falquetto Lemos
Luciana de Paula Thomasi
Luiz Claudio Cosmi Filho
Nadine Demuner Patt
Natália Barcellos Antunes
Nathan Ribeiro de Castro
Paola Sheidegger
Rafael Augusto Magalhães Ribeiro
Roberta M. Simoes

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Jacqueline Moraes da Silva

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP

Alvaro Rogério Duboc Fajardo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente

Daniel Ricardo do Castro Cerqueira

Diretoria de Estudos e Pesquisas
Latússa Laranja Monteiro

Diretoria de Integração e Projetos
Especiais
Pablo Silva Lira

Coordenação Geral
Latússa Laranja Monteiro

Coordenação Técnica
Livia Maria Albertasse Tulli

Coordenação Institucional
Michele Gasparini de Miranda

Sumário

Apresentação.....	4
1. A MICRORREGIÃO NO ES 2030.....	5
2. A Microrregião e os eixos temáticos de análise	9
2.1 – Considerações sobre a gestão do território e infraestrutura.....	9
2.2 – Considerações sobre as questões sociais.....	13
2.3 – Considerações sobre as questões ambientais	16
2.4 – Considerações sobre as questões econômicas.....	19
2.5 – Considerações sobre a gestão pública e institucionalidades.....	22
2.6 – Considerações sobre transversalidade da ciência, tecnologia e inovação	24
Considerações finais.....	26

Apresentação

Este documento tem o objetivo de apresentar uma visão integrada e sintetizada dos principais eixos, temas e evidências encontradas no Diagnóstico Integrado do Desenvolvimento Regional Sustentável da microrregião Nordeste. A microrregião, de acordo com a Lei 9.768/2011, é composta pelos municípios de Boa Esperança, Conceição da Barra, Jaguaré, Montanha, Mucurici, Pedro Canário, Pinheiros, Ponto Belo e São Mateus.

Os eixos temáticos definidos para o Diagnóstico Integrado são: Território: infraestrutura, mobilidade, logística, saneamento, habitação, acesso à internet; Ambiental: disponibilidade e qualidade da água, áreas de preservação, mata nativa, unidades de conservação; Social: saúde, educação, segurança e direitos humanos; Econômico: turismo, cultura, economia criativa, agricultura, indústria, arranjos produtivos e renda; Gestão pública: estrutura institucional e normativa, gestão fiscal, atores institucionais públicos e privados com interesse coletivo.

Embora os eixos e temas possam ser apresentados de forma separada, a realidade jamais pode ser tomada de modo fragmentado e setorializado. Além disso, essa mesma realidade jamais pode ser submetida, enquadrada ou interpretada a partir de visões subjetivas de quaisquer grupos sociais isoladamente. A realidade é o todo. É um conjunto complexo de influências locais, nacionais e internacionais. Por outro lado, essa realidade está em constante transformação dada, por exemplo, a chegada e incorporação de novas tecnologias nas atividades econômicas, as mudanças nas questões ambientais (alterações climáticas e disponibilidade de recursos hídricos) e, também, as mudanças nas condições sociais e políticas.

O que se pretende, aqui, é romper com a lógica fragmentada e setorializada, uma vez que cada tema será apresentado a partir da totalidade percebida na microrregião e em seus movimentos. Procura-se, também, de uma forma mais clara, entender a posição que a microrregião ocupa no Espírito Santo.

Para tanto, serão utilizadas duas estratégias básicas. A primeira retoma as considerações acerca da microrregião no Plano de Desenvolvimento ES 2030. Isso é importante porque, para fins de planejamento de uma política pública, é o que se chama de “premissas iniciais”. Todos os programas, projetos e ações desenhados no ES 2030 foram construídos a partir dessas considerações.

A segunda estratégia sintetiza, para cada eixo, as principais evidências obtidas na pesquisa, sejam elas originárias: (a) dos documentos e planos estaduais e municipais analisados; (b) das entrevistas e dos grupos focais realizados. Vale dizer que foram realizadas, pelos pesquisadores, aproximadamente 300 entrevistas, abrangendo vários temas de pesquisa, sempre ligados aos eixos temáticos do DRS; (c) das respostas recebidas por meio do questionário *online* disponibilizado no site da pesquisa (aproximadamente 200) e (d) das observações dos pesquisadores em campo.

Desse modo, esse documento é a amálgama do esforço da equipe de pesquisa que autuou na busca de realizar o diagnóstico da microrregião Nordeste, no

levantamento de dados (e suas interpretações) e do conhecimento da dinâmica econômica, social e ambiental da microrregião. O processo de desenvolvimento se faz, como ficou claro, considerando-se o que é e o que pode vir a ser, sempre com base nos esforços, inclusive intergeracional, que caracterizam as mudanças estruturais de longo prazo e, mais ainda, a partir do que os atores percebem e esperam do desenvolvimento dos seus territórios.

1. A MICRORREGIÃO NO ES 2030

O Plano de Desenvolvimento ES 2030 foi o ponto de partida para a análise da microrregião na medida em que traz um conjunto de informações relevantes acerca do que são e o que pretendem ser as microrregiões do Espírito Santo, a partir, sobretudo, da visão dos atores sociais. No Plano, há duas proposições de futuro para a microrregião Nordeste em 2030:

VISÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO DO ES 2030 SOBRE A MICRORREGIÃO NORDESTE	
A região Nordeste é um polo econômico, social, ambiental, cultural e educacional, com muitas oportunidades e base tecnológica desenvolvida, com geração de emprego e renda. Um exemplo de economia criativa, sem miséria e sem problemas ambientais	A região Nordeste é uma região atrativa, sustentável e com qualidade de vida que valoriza a identidade e preserva sua história visando o bem estar da população, oferecendo acesso pleno aos serviços básicos, respeitando a dignidade humana e comprometida com as futuras gerações.

Fonte: ES (2013)

Sintetizando esses elementos, assim foi construída a *visão de futuro* para a microrregião:

Atrativa, sustentável tendo as bases sociais, culturais e ambientais propulsoras de qualidade de vida.

Para alcançar esses objetivos, foi realizada a análise das potencialidades, oportunidades, pontos fracos e ameaças na microrregião. A análise é apresentada, a seguir, por meio da matriz swot. A seguir, são reproduzidas as percepções do ES 2030, acompanhadas, sinteticamente, das considerações atualizadas a partir das análises da pesquisa atual.

QUADRO 01 – Análise Swot - Pontos Fortes da microrregião à luz do ES2030 e do Diagnóstico DRS

PONTOS FORTES	
NO ES 2030	NO DRS
Base econômica diversificada, incluindo o turismo	A base econômica da microrregião é considerada diversificada, o que é um atributo forte da microrregião. Porém, é consenso que, por vários fatores, o setor de turismo perdeu dinâmica nos últimos anos e é premente a necessidade de um plano de revitalização do turismo na microrregião.
Produção e disponibilidade de petróleo e gás	Embora permaneça como um ponto forte, a saída recente da Petrobras do setor <i>onshore</i> , e da microrregião, abriu um leque de incertezas que, para serem dirimidas, é fundamental que o poder público e entidades empresariais desenhem estratégias para aproveitamento das sinergias que poderão ser criadas em função da chegada de outras empresas que comproum ou comprarão os ativos da Petrobras.
Centralidade da educação técnica e superior em São Mateus	É um ponto forte, mas pode ser considerado ainda em consolidação na microrregião. Há potencial para o aumento da interação entre a produção de conhecimento e o desenvolvimento regional.
Atuação das instituições como ProdNorte, Sudene, Sebrae, Findes, Assenor, Incaper, Bandes e outras.	É reconhecidamente, por todos entrevistados, um dos pontos fortes da microrregião.
Novos investimentos previstos para a microrregião, com destaque para petróleo e gás.	A capacidade de atrair investimentos sempre foi considerado um ponto forte da microrregião. Porém, é clara a diminuição dessa capacidade nos últimos anos. A principal aspiração da microrregião é a recomposição da capacidade de atrair novos investimentos. Por outro lado, a saída da Petrobras do setor e da microrregião e a venda de seus ativos pode gerar novas oportunidades que exigirão posturas estratégicas de atores relevantes para serem consolidadas.

Fonte: Diagnóstico DRS – Microrregião Nordeste

QUADRO 02 – Análise Swot - Oportunidades à microrregião à luz do ES2030 e do Diagnóstico DRS

OPORTUNIDADES	
NO ES 2030	NO DRS
Negócios gerados a partir da influência sobre a região Sul da Bahia e o leste de Minas Gerais	É reconhecidamente, por todos entrevistados, um dos pontos fortes da microrregião. Porém, a geração de novos negócios envolvendo o Leste de Minas Gerais depende da instalação de uma infraestrutura logística que seja considerada ideal.
Adensamento das cadeias produtivas existentes (petróleo, gás, cana de açúcar, silvicultura, fruticultura, fontes renováveis de energia – bagaço de cana)	É reconhecidamente, por todos entrevistados, um dos pontos fortes da microrregião. Todavia, ainda se destaca a falta de um planejamento para o desenvolvimento integrado das cadeias produtivas e criação de sinergias.

Exploração de novas atividades econômicas (Sal gema, energia eólica)	É reconhecidamente, por todos entrevistados, um dos pontos fortes da microrregião. Porém, há muitas controvérsias locais sobre a viabilidade de exploração do sal gema, uma vez que isso pode criar conflitos com as comunidades locais historicamente muito impactadas por grandes projetos.
Ampliação da base logística (aeroporto, porto e rodovias)	É reconhecidamente, por todos entrevistados, um dos pontos fortes da microrregião embora se aponte: (a) a necessidade de criar vantagens logísticas para além da BR 101 e (b) a necessidade de tornar possível e efetiva a instalação do Porto de São Mateus, respeitando-se todo o ativo sociocultural e ambiental.
Geração de negócios oriundos do turismo, agroturismo e economia criativa	É reconhecidamente, por todos entrevistados, um dos pontos fortes da microrregião, embora esses setores precisem ser fortalecidos. Além disso, para a maioria dos municípios, a estratégia de se pensar os empreendimentos criativos a partir de negócios de base tecnológica não se apresenta como modelo mais viável, abrindo-se espaço para a discussão sobre empreendimentos com o foco em economias solidárias e/ou alternativas.

Fonte: Diagnóstico DRS – Microrregião Nordeste

QUADRO 03 – Análise Swot - Pontos Fracos da microrregião à luz do ES2030 e do Diagnóstico DRS

PONTOS FRACOS	
NO ES 2030	NO DRS
Problemas ambientais e disponibilidade de água que comprometem o desenvolvimento local	O período mais intenso da crise hídrica aconteceu depois da elaboração do ES 2030. De lá para cá, a problemática se agravou e ainda é muito grande em função das atividades agrícolas intensivas em irrigação na microrregião. Além disso, há o problema da salinidade da água no abastecimento humano, o que pode se tornar um problema recorrente na microrregião.
Forte dependência de programa de transferência de renda	Ainda é apontado como um ponto fraco da microrregião. A dependência dos benefícios eventuais, por exemplo, se agravou muito com a pandemia da Covid-19. A dependência e permanência das famílias nos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, demonstra que não há programas e projetos de formação e qualificação, o que contribui para o aumento do desemprego. É preciso investimento na área de formação e inclusão de trabalho e geração de renda.
Baixo acesso à comunicação (telefonia móvel e internet)	Ainda aparece fortemente como um ponto fraco. É apontado como um forte motivo para baixa dinâmica econômica da microrregião e também como explicação para perdas dos produtores locais.
Ausência de Programa de Prevenção e Combate à Violência	Ainda é apontado como um ponto fraco da microrregião. Segundo relatos, há muita violência cometida contra mulheres, crianças e idosos, embora muitos casos não sejam registrados/denunciados.

Infraestrutura deficitária (transportes, comunicação, saúde, educação, cultural)	Ainda aparecem como pontos fracos da microrregião. Mais do que isso, para alguns entrevistados, aparece como fatores explicativos para a perda da dinâmica econômica nos últimos anos e também para a explicação da queda na capacidade de atração de investimentos.
Falta de mão-de-obra qualificada para atender as atividades produtivas atuais e futuras e alto índice de informalidade	Ainda é apontado como um ponto fraco da microrregião. A falta de mão-de-obra qualificada é indicada constantemente nas falas dos empresários. Porém, é preciso pensar que os efeitos positivos da instalação de instituições de ensino superior na microrregião ainda estão se consolidando.

Fonte: Diagnóstico DRS – Microrregião Nordeste

QUADRO 04 – Ameaças à microrregião à luz do ES2030 e do Diagnóstico DRS

AMEAÇAS	
NO ES 2030	NO DRS
Demanda por serviços de infraestrutura social da região sul da Bahia	Ainda é apontado como uma ameaça para a microrregião uma vez que há pressão sobre a qualidade do atendimento e nos investimentos públicos para além de sua capacidade.
Possível perda de novos investimentos por questões políticas e infraestruturais	Ainda é apontado como uma ameaça para a microrregião. Os problemas gerados pelas disputas políticas e judiciais, envolvendo o comando das prefeituras de alguns municípios da microrregião criaram várias consequências negativas. Somado ao problema de perda de competitividade da infraestrutura, parte dos investimentos tem deixado de migrar para a microrregião, implicando em perdas econômicas locais. Energia elétrica, conectividade e logística ainda são temas caros à microrregião.
Mudanças fiscais, tributárias e fundiárias	Ainda é apontado como uma ameaça para a microrregião embora apareça mais fortemente e concentrada nos municípios que dependem de arrecadação do setor de silvicultura. A mudança na legislação tributária e fundiária, e mais os processos de sucessão empresarial no setor, têm causado ameaças às prefeituras, principalmente, em função do impacto em sua arrecadação.
Degradação ambiental e mudanças climáticas	Ainda aparece como uma grave ameaça para a microrregião. O agravante é que sua resolução precisa se dar por meio de ações coletivas que ultrapassam, inclusive, o escopo geográfico da microrregião, incluindo outros estados.
Falta de apoio e fomento às atividades culturais	Ainda é apontado como uma ameaça para a microrregião que possui uma grande riqueza cultural, sobretudo, ligada aos povos e comunidades tradicionais.
Insuficiência elétrica e hídrica para atender os investimentos previstos	A baixa qualidade na estabilidade do fornecimento de energia elétrica para as atividades empresariais continua sendo apontada nas entrevistas e em outras formas de coletas de informações, como uma ameaça para a microrregião. Além disso, a insuficiência hídrica é

	um dos pontos mais críticos para a microrregião, citada em todas as entrevistas locais.
A não intervenção no setor logístico	Parte das deficiências no setor logístico somente pode ser resolvida por decisão do governo federal. Assim, esse elemento ainda aparece como uma ameaça para a microrregião.
Valorização dos terrenos em função dos investimentos anunciados	Não foi apontada, nas entrevistas e em outras formas de coletas de informações, como sendo uma ameaça para a microrregião.

Fonte: Diagnóstico DRS – Microrregião Nordeste

A partir dessa comparação entre o que foi diagnosticado no ES-2030 e, agora, no Diagnóstico Integrado DRS, é possível concluir que alguns pontos ainda são bastante convergentes. No entanto, para alguns temas, é preciso se ter novas visões capazes de gerar outros projetos e estratégias de ações para a microrregião, especialmente privilegiando ações que consigam convergir interesses econômicos e ambientais, com respeito ao patrimônio sociocultural e suas comunidades representativas.

2. A Microrregião e os eixos temáticos de análise

Este item sintetiza as principais evidências obtidas no diagnóstico do DRS-Microrregião Nordeste. Congrega, de forma mais sintética, algumas evidências importantes e busca entender se essas evidências já eram percebidas quando da elaboração do ES 2030. O texto apresenta, inicialmente, algumas constatações definidoras para cada eixo que depois são desdobradas e discutidas também à luz do ES 2030.

2.1 – Considerações sobre a gestão do território e infraestrutura

As principais constatações sobre esse eixo são listadas a seguir:

1. A existência de um conjunto de legislações, planos e projetos que versam sobre o território não garante, por si só, sua efetividade. Embora a microrregião apresente a maioria das legislações obrigatórias, seu uso estratégico para o planejamento da ocupação do território ainda é incipiente. A falta de planejamento estratégico na ocupação do solo tem resultado, inclusive, em maiores dificuldades em lidar com o processo de desertificação e crise hídrica na microrregião, além de um processo de crescimento desordenado da área urbana.
2. Em termos de logística, há consenso de que a microrregião precisa criar outros eixos logísticos e diminuir a dependência da vantagem comparativa unicamente por ser cortada pela BR 101, que é entendida, hoje, como insuficiente para atrair investimentos.
3. O problema de “desconectividade”, na microrregião, vai além da questão da infraestrutura de transporte e alcança também problemas de comunicação (telefonia e internet). Além disso, as constantes quedas de oferta de energia elétrica dificultam a atividade empresarial.

A existência de um conjunto de legislações referentes ao planejamento e ocupação do solo não garante, por si só, que a gestão do território esteja acontecendo de forma estratégica e eficaz. Na microrregião, a maioria dos municípios instituiu legislações nesse sentido, mas, na prática, são pouco usadas para fins de gestão e a maioria deles não traçou parâmetros para a ocupação do território nos distritos e na zona rural. Isso tem permitido uma ocupação desordenada dos aglomerados urbanos e de áreas de risco, o que tende a pressionar as políticas públicas futuras.

A análise dessas legislações mostra uma lacuna na definição do modelo de cidade que se quer desenvolver. Sem esse modelo e sem uma gestão planejada das cidades, tais ocupações vão assumindo características de “cidades não planejadas”, o que acarreta, concomitantemente, perda de eficiência dos instrumentos de ordenamento territorial, problemas econômicos, sociais e ambientais. A falta de uma gestão planejada e estratégica das cidades cria sérios entraves aos processos de desenvolvimento e de qualidade de vida das pessoas.

Na microrregião essas deficiências foram evidentes. Os planos diretores dos municípios apresentam muitas similaridades e se configuram instrumentos amplos e genéricos. Isso os torna quase inúteis para lidar com os desafios e ameaças inerentes aos processos que transformam as regiões (migrações, empreendimentos econômicos, alterações socioambientais, etc.).

A microrregião apresenta um elevado número população em áreas urbanas. Em 2010, a concentração urbana era de 76,9%, a quarta maior dentre as microrregiões do estado. A maioria dos municípios encontrava-se, em 2010, na faixa de média concentração urbana (IBGE, 2010).

O município mais populoso é São Mateus, que possui uma concentração urbana de 77,5% e uma população 4 vezes maior que o segundo maior município, Conceição da Barra (IBGE, 2010). Pelo fato desse município concentrar parte significativa do comércio, dos serviços e de serviços especializados de saúde que são regionalizados, experimenta uma sobrecarga de demandas que se mostra acima da sua capacidade de planejamento. Tal concentração tem feito reproduzir os mesmos problemas das grandes cidades, especialmente, porque apresenta um sistema viário focado no automóvel a despeito de outros meios de deslocamento.

Embora o caso de São Mateus seja o mais significativo, pode-se dizer que o padrão de desenvolvimento urbano em toda a microrregião é pouco ordenado. Os menores municípios, Ponto Belo e Mucurici, apresentam características muito residenciais e um comércio pouco diversificado. As cidades de Boa Esperança, Jaguaré, Montanha, Pinheiros, Pedro Canário e Conceição da Barra possuem maior estrutura de comércio e serviços, centros com ocupações mais densas e áreas residenciais horizontalizadas. Há evidências de loteamentos que não seguem padrões para uma urbanização adequada. Também ficou clara a necessidade de construção de habitações de interesse social.

É comum que em localidades urbanas pouco assistidas por planejamento consistente da ocupação do solo, a ocupação se desenvolva avançando sobre áreas ambientalmente frágeis ou protegidas. No entanto, um ponto positivo a ser destacado é o baixo percentual de área urbanizada sobre áreas de preservação permanente na microrregião. O maior percentual é em Mucurici, onde 11,89% da ocupação urbana se encontra sobre as áreas de APP do Rio Itaúnas e seus córregos. Em São Mateus esse percentual é de 9,69% e em Pinheiros 8,0%. Nos

demais municípios, a média é de 3,15%, destacando, por outro lado, Pedro Canário, em que apenas 1,39% da área urbanizada avançou sobre essas áreas protegidas¹.

Em termos de ocupação e cobertura do solo, as áreas de pastagem respondem por 39,6% e a mata nativa por 8,6%. Destaca-se que a microrregião é responsável por cerca de 20% de toda a área destinada aos cultivos agrícolas do estado e por pouco mais de 35% de toda a área utilizada para reflorestamento. A cobertura de eucalipto é a segunda maior categoria de uso do solo, com 14,0%. Além disso, há a ocupação por seringueiras, correspondendo a 43,5% da área estadual. A microrregião responde por 68% da área estadual de cultivo de cana de açúcar (IBGE, 2020).

Embora se possa apontar certa diversificação no uso do solo, esses usos exercem forte pressão sobre a demanda por recursos hídricos, um dos maiores desafios da microrregião. Ainda vale dizer que a microrregião responde por 35,48% da área de brejo do estado, 34,5% da área de mangue e 37,81% da área de restinga. Isso demonstra uma necessidade premente de uma gestão ambiental adequada na microrregião, voltada para as especificidades desses ecossistemas (IBGE, 2020). Embora essa tenha sido uma preocupação externalizada em várias entrevistas, não foram identificadas estratégias ambientais consistentes e em andamento para lidar com esses desafios.

Quanto à questão de infraestrutura, é significativa a preocupação quanto à logística de transportes. Há consenso de que a microrregião precisa diminuir sua dependência das vantagens oriundas de estar às margens da BR 101. Passou a ser importante que a microrregião ancore suas vantagens também em outros eixos logísticos, principalmente (a) em eixos rodoviários que conectem o litoral ao interior do estado e ao leste de Minas Gerais; (b) na instalação do Porto de São Mateus (Petrocity) e (c) na instalação de uma ferrovia conectando o Norte do Espírito Santo a Minas Gerais.

Em relação à estrutura viária, aproximadamente 50% dos trechos são pavimentados. Em termos de qualidade, 49% são classificados como regular ou ruim (IJSN, 2020). A preocupação com a qualidade das estradas foi reportada constantemente, principalmente por trazer dificuldades às empresas instaladas na microrregião. As entrevistas também apontaram a necessidade de um eixo rodoviário que conecte o litoral capixaba ao interior e Leste de Minas Gerais, além da criação de um contorno da cidade de São Mateus a fim de melhorar o trânsito local.

A avaliação do Programa “Caminhos do Campo” é positiva. Contudo, ficou claro ser preciso ampliar seu alcance e escopo, principalmente com cuidado maior para as estradas vicinais que não tenham sido alvos do Programa (IJSN, 2017). As estradas vicinais são pouco assistidas e são importantes por ser o primeiro trecho

¹ As APPs Hidrográficas foram obtidas por meio de geoprocessamento embasado nas áreas definidas pelo Código Florestal (Lei Federal 12.651/2012): classificação do arquivo *shapefile* ‘Trecho_Drenagem’, do IBGE 2015, utilizando a categoria ‘córrego’ com *buffer* de 35 metros (30 metros de APP e 5 metros de largura do curso d’água). Para os rios foi utilizado o mesmo *shapefile*, com *buffer* de 75 metros (50 metros de APP e 25 metros de largura do curso d’água) para a categoria ‘rio’. No caso dos rios com calha maior que 50 metros foi utilizado o *shapefile* ‘Mapeamento_Uso_Cobertura_Vegetal_2012’, elaborado pelo IEMA, com *buffer* de acordo com a APP estabelecida para a largura média do rio, apenas para a categoria ‘massa d’água’ do arquivo. As APPs foram então sobrepostas ao *shapefile* ‘ÁreaUrbanizada’, elaborado pelo CGEO/IJSN em 2010, obtendo-se as áreas de sobreposição também por geoprocessamento.

de transporte das produções das propriedades rurais da microrregião. Em épocas de chuva, principalmente, o escoamento da produção se mostra custoso e dificultado.

Quando se olha para o Planejamento Estratégico do Estado e se observa as obras em andamento e as demandas apresentadas pela Câmara Técnica do CDRS, é possível constatar que, embora sejam importantes, não convergem completamente. De forma geral, as obras logísticas em andamento conectam pontos internos à microrregião, o que é fundamental, mas pouco expressam novas possibilidades a partir de conexões externas, ou seja, com outros centros econômicos fora da microrregião, maior preocupação apresentada pelos empresários ouvidos na pesquisa.

Em relação ao Petrocity, os entrevistados apontaram a importância do porto para retomada da economia, embora pare dúvidas sobre sua concretização, em função dos atrasos do início das obras, o que gera um ambiente de incerteza, postergando as decisões de investimento por parte das empresas.

Em relação à instalação da ferrovia, os entrevistados reconhecem a complexidade envolvida e acreditam que sua concretização seja também de interesse da própria Petrocity e do Governo do Estado, embora as decisões quanto a esse modal sejam de competência do Governo Federal.

No que tange ao transporte aeroviário, apenas São Mateus conta com um terminal. Apesar de possuir uma pista de porte médio recebe apenas voos executivos com pouca frequência diária. No ano de 2016, foi retirado do Programa Nacional de Aviação Regional e não há previsão de voos comerciais.

Em termos de infraestrutura, outra constatação diz respeito à necessidade de melhoria das condições de comunicação (telefonia e internet). Para muitos entrevistados, há perdas econômicas significativas pela falta de uma infraestrutura de comunicações adequada nos centros urbanos, dificultando as atividades das empresas. No entanto, o problema atinge também as áreas rurais. São nessas localidades que mais são sentidas as dificuldades de se estabelecer comunicação regular e sinais de internet de qualidade, o que prejudica a prospecção e acesso a novos mercados. Apesar da infraestrutura disponível, percebe-se, claramente, a predominância de uma tecnologia que permite apenas baixa velocidade de internet em toda a microrregião.

Embora as ações e investimentos na área de telefonia e internet sejam de competência da esfera federal, ficou claro que a microrregião depende do poder de articulação e pressão que o estado possa fazer nesse sentido.

A estabilidade no fornecimento de energia elétrica também foi uma demanda recorrente. Existem falhas frequentes no fornecimento de energia nas áreas rurais e em alguns núcleos urbanos. Isso, além de gerar incômodos para as famílias, gera interrupções nas atividades produtivas das empresas instaladas.

Em relação à infraestrutura de saneamento, os municípios estabeleceram recentemente seus Planos Municipais de Saneamento: Boa Esperança, Montanha, Mucurici, Pedro Canário, Ponto Belo e Vila Pavão, em 2018; Conceição da Barra, Jaguaré e Pinheiros, em 2017. Já São Mateus conta com plano desde 2014. Alguns desses municípios também produziram seu Plano de Manejo de Resíduos Sólidos.

Em relação ao abastecimento de água, de acordo com os Planos Municipais de Saneamento e com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

(BRASIL, 2018), o atendimento médio, na área urbana, atinge o percentual de 86,3% e, na área rural, cerca de 75,7%, situando, em termos totais, abaixo dos padrões estadual (92,8%) e do Sudeste (91,0%), o que aponta para a necessidade de investimentos tanto na área urbana quanto na área rural. Especificamente na área rural (e em alguns distritos), em parte considerável, o abastecimento de água é feito usando muitas soluções alternativas, sem controle da qualidade da água distribuída. São Mateus apresenta situação mais grave, já que enfrentou recentemente um problema de salinização elevada na água e com a possibilidade de essa situação se repetir no futuro.

Em relação ao esgotamento sanitário, o índice de atendimento urbano médio da microrregião é de 52,2% e o índice de coleta de esgoto é cerca de 49,3%, também considerado extremamente baixo (BRASIL, 2018). Os dados também apontam para uma grande quantidade de fossas rudimentares (inadequadas), principalmente na área rural, o que impacta negativamente nas condições de saúde, proliferando algumas doenças por esse vetor de contaminação.

Considerando todos os municípios da microrregião, foram identificadas as seguintes demandas no saneamento básico (água e esgotamento sanitário): (a) captação superficial insuficiente para a demanda da população; (b) necessidade de construção de estações elevatórias de água bruta (EEAB), adutoras de água bruta para abastecer as ETAs; (c) reformas das ETAs e construção de ETEs; (d) ampliação do sistema de água e esgoto e manutenção urgente das instalações existentes; (e) melhoria da qualidade da água distribuída; (f) diminuição da intermitência do abastecimento; (g) ações para o reaproveitamento das águas pluviais; (h) ações de conscientização para o reuso de água; (i) ampliação do sistema de abastecimento de água em área rural.

No que se refere à gestão e ao manejo dos resíduos sólidos, as principais dificuldades listadas são: falta de recursos financeiros e recursos materiais, alto custo operacional, falta de apoio da população/colaboradores, falta de fiscalização/monitoramento, legislação deficiente, ausência de padrão no cadastro das informações, falta de conhecimento técnico, falta de incentivo tributário. Ainda de acordo com os Planos Municipais de Saneamento, os dados apontam um índice total de 87,5% na coleta dos resíduos domiciliares e de 99,9% na área urbana (ESPÍRITO SANTO, 2019).

Como os Planos de Saneamento são relativamente recentes e coincidem com uma época de dificuldades macroeconômicas e escassez de recursos públicos, ficou claro que a maioria dos municípios na microrregião Nordeste não colocou em marcha os investimentos necessários para a execução do plano.

2.2 – Considerações sobre as questões sociais

Quando se pensa em desenvolvimento, deve-se ter em mente que o foco é a melhoria das condições de vida das populações nos territórios. A seguir, são listadas as constatações mais prementes relativas às questões sociais.

1. O desenvolvimento regional sustentável precisa ser pensado sempre a partir da comunidade, com a comunidade e seus efeitos precisam chegar às comunidades.

A equipe de pesquisadores percorreu todas as Secretarias de Assistência na microrregião Nordeste e verificou que a área de assistência social é pouco estruturada e tem recebido poucos recursos para dar conta dos seus desafios. Isso se reflete, por exemplo, na ausência de programas municipais ou microrregionais voltados para a prevenção contra as diversas formas de violência, sendo realizadas apenas poucas campanhas durante o ano.

Para além dos poucos recursos e das equipes reduzidas, verifica-se uma falta de articulação das políticas construídas no âmbito estadual e dos municípios. De maneira geral, políticas de geração de renda, de saúde, de infraestrutura, de segurança precisam estar articuladas à área de assistência social, o que não se verificou. Na maioria dos municípios se constatou a ausência de políticas voltadas para a juventude, ausência de projetos de emprego e renda e de cultura e lazer.

Em relação a habitação, a microrregião Nordeste representava 8,76% do déficit habitacional total do estado no CadÚnico, com 6.520 famílias. Vale dizer que São Mateus concentra 41% do déficit. Entre as dez microrregiões do estado, a Nordeste é a terceira em termos de déficit habitacional, atrás da Metropolitana e Rio Doce. Além disso, a microrregião apresenta o 2º maior índice de inadequação domiciliar de infraestrutura, com um total de 12.070 domicílios nesta condição (IJSN, 2015).

Parte das vulnerabilidades habitacionais da microrregião encontra-se no meio rural, fazendo-se importante a discussão acerca dos conflitos pela terra. Quanto a isto, registra-se a existência de um volume alto de famílias vivendo em assentamentos rurais. Na microrregião encontram-se 16 dos 66 assentamentos do INCRA no Espírito Santo, localizados nos municípios de Conceição da Barra, Montanha, Mucurici, Pedro Canário, Pinheiros, Ponto Belo e São Mateus. Mais presentes no município de São Mateus, esses assentamentos abrigam 1.148 famílias, cerca de 33% das famílias em assentamentos no estado (IJSN, 2015).

Ainda em relação à habitação, apenas os municípios de Boa Esperança, Jaguaré, Ponto Belo e São Mateus produziram um Plano Municipal de Habitação. Considerando os indicadores de necessidades habitacionais e de inadequação, já haveria razão suficiente para a elaboração de planos municipais de habitação. Vale dizer que todos os municípios têm levantamento das famílias interessadas em programas habitacionais e a maioria criou o Conselho Municipal de Habitação. Restou claro que a área de habitação não é fortemente institucionalizada nos municípios e funciona geralmente atrelada a outra secretaria. Também não foram observadas ações articuladas entre os municípios para dar conta dos desafios (ainda que semelhantes) ligados à habitação.

Em relação à saúde, verificou-se um funcionamento dos programas, ações e de infraestrutura bem próximo da média estadual, não havendo muitas discrepâncias.

Apenas no lado da oferta, entre 2016 e 2020, houve aumento de apenas 0,41% nos estabelecimentos de atenção primária (de 244 para 245), bem abaixo do crescimento médio do estado (14,7%). Já em relação à atenção secundária, o crescimento está bem acima da média estadual, passando de 293 em 2016 para 337 em 2020 (crescimento de 15,0%, enquanto a média estadual foi de 6,6%). Contudo, não houve incremento no número de estabelecimentos de atenção terciária. Na microrregião há apenas 7 estabelecimentos de atenção terciária desde 2016, indicando a necessidade de se deslocar pacientes e, por outro lado,

houve queda no número de atendimentos em psicoterapia – indicando uma atenção deficiente à saúde mental da população (ESPIRITO SANTO, 2016; BRASIL, 2020).

Os dados sugerem que a região não apresenta grandes distorções em relação ao estado no que diz respeito à atenção aos recém-nascidos, sem grande discrepância no índice de mortalidade infantil.

O acesso das comunidades quilombolas e das famílias em assentamentos rurais aos serviços de saúde foi apontado como dificultoso o que leva a necessidade de uma estratégia para atendimento a esses moradores de forma mais sistemática.

A atuação dos consórcios regionais de saúde é significativa e a estratégia de atendimento regionalizado de especialidades não foi apontado com um problema para a população.

Em relação à educação básica (ensino fundamental e médio), os municípios têm muito interesse em cumprir as metas estipuladas no Plano Estadual de Educação, mas, apresentaram muitas dificuldades, especialmente de natureza orçamentária para avançar nos programas necessários, além da necessidade de formação continuada dos profissionais da educação. No geral, as redes municipais possuem uma grande quantidade de professores trabalhando em designação temporária (DT). Há municípios em que os professores nessa condição representam 72% do total (Montanha)².

No total, a microrregião conta com, aproximadamente, 46.200 estudantes matriculados, 262 unidades de ensino, distribuídas nas 9 redes municipais de ensino, compreendendo as faixas de educação infantil e ensino fundamental I (1º ao 5º ano) e II (6º ao 9º ano)³.

Contudo, as redes municipais não conseguem atender a toda a demanda do ensino fundamental, contando com a colaboração da rede estadual, que arca com parte significativa da oferta. Apesar da legislação, que prevê a responsabilidade do município quanto à oferta desta etapa de ensino, há municípios em que a Secretaria de Educação do Estado (SEDU) entra com 15% do total de matrículas no ensino fundamental II, como é o caso de Pinheiros, e, em outros, chega a 81%, a exemplo de Pedro Canário⁴.

Em termos de avaliações da educação, no caso do IDEB, com parâmetro de 0 a 10, as notas são consideradas baixas e as assimetrias entre os municípios são muito significativas, em especial nos anos finais do ensino fundamental, embora as notas tenham melhorado nos últimos anos. Em 2005, nos anos iniciais, a média da microrregião era de 3,4 e em 2019 alcançou 5,9. Nas séries finais, a média avançou bem menos, de 3,47 em 2005 para 4,55 em 2019. Vale dizer, entretanto, que municípios com notas razoáveis em uma faixa etária, não necessariamente são bem avaliados em outra (INEP, 2020).

² Dados fornecidos diretamente pelas secretarias municipais.

³ Dados fornecidos diretamente pelas secretarias municipais.

⁴ Dados fornecidos diretamente pelas secretarias municipais.

Em termos comparativos, a média do IDEB da microrregião foi a mesma da média nacional, no caso 5,9, e abaixo da média estadual, que, em 2019, foi 6,1. Nos anos finais do ensino fundamental, a média do Nordeste capixaba, em 2019, foi igual à média nacional, 4,5, e abaixo da estadual, que é 4,7 (INEP, 2020).

Além do IDEB, no Espírito Santo, foi implementado o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES), criado em 2001, e aplicado de forma sistemática a partir de 2009. O programa abrange o PAEBES ALFA, aplicado ao 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental I, o PAEBES Ensino Fundamental II para 5º e 9º anos e, PAEBES Ensino Médio para o 3º ano (ESPIRITO SANTO, 2017). No referido Programa, a Escala de Proficiência é subdividida em 4 padrões de desempenho: “Abaixo do Básico”, “Básico”, “Proficiente” e “Avançado” (ESPIRITO SANTO, 2017).

Nesse programa de avaliação, o desempenho do Nordeste capixaba não é bom. Na maior parte dos municípios, em 6 mais precisamente, na avaliação do Ensino Fundamental I, o índice não passa do nível “Básico” nas disciplinas português e matemática, e somente 3 dos 9 municípios atingiram o índice “Proficiente”.

Tanto no ensino médio quanto no fundamental, nos últimos 10 anos, houve uma queda no número de matrículas (de 46.676 para 39.176 no ensino fundamental entre 2010 e 2019 e de 8.915 para 8.620 entre 2015 e 2019 para o ensino médio). Em parte, isso se explica pelas ações dos últimos governos estaduais de fechamento de escolas, de turnos e ajuntamentos de turmas, sobretudo, nas regiões rurais (INEP, 2020).

De acordo com as entrevistas realizadas, as altas taxas de abandono escolar são preocupantes, principalmente, porque os estudantes não vinculam a formação educacional à inserção no mercado de trabalho. O desaquecimento da economia acentua tal percepção da juventude em relação à educação. Sinalizam, também, a necessidade de mais cursos técnicos e profissionalizantes ligados às vocações econômicas da microrregião.

Em relação ao ensino superior, os dados mostram que os cursos são relativamente recentes e, por isso, os efeitos positivos da formação superior na microrregião estão, aos poucos, se consolidando. Em outras palavras, o ensino superior ainda não conseguiu aderência e capilaridade na região. Nesse sentido, a grande percepção do setor produtivo de que faltam pessoas preparadas e de uma mão de obra qualificada na região tem razão de ser.

Do lado da oferta de cursos, há uma concentração em São Mateus: 35 dos 36 cursos ofertados. Há predominância dos cursos de engenharia. Do lado da formação, em 2019, 32,0% dos estudantes concluíram os cursos nas áreas de engenharia (INEP, 2020b).

De qualquer forma, vale dizer que a participação de pessoas cursando ou com curso superior completo no mercado de trabalho formal da microrregião subiu de 13,9%, em 2010, para 20,4%, em 2019, o que é um resultado muito significativo em termos de qualidade da mão de obra empregada (BRASIL, 2020b).

Em relação aos dados de violência, segundo os dados analisados, o ano de 2019 encerrou-se com uma redução de 8,9%, se comparado ao ano de 2018. Considerando apenas o último trimestre dos dois anos, a taxa saiu de 9,3

homicídios por 100 mil habitantes, no quarto trimestre de 2018, para 11,6, no quarto trimestre de 2019, ou seja, um aumento significativo (25%). A pesquisa de campo em relação à violência, entretanto, aponta para a necessidade de políticas voltadas, principalmente, para a juventude, já que existe uma relação clara entre falta de políticas públicas voltadas para esse grupo e suas possibilidades de ingresso na criminalidade (IJSN, 2020b; IJSN, 2020c).

2.3 – Considerações sobre as questões ambientais

Algumas constatações importantes sobre a questão ambiental e recursos hídricos na microrregião são apresentadas a seguir.

1. A recuperação das condições de oferta hídrica é o maior desafio ambiental da microrregião Nordeste.
2. Embora a microrregião tenha sido fortemente impactada pela escassez hídrica, os hábitos da população ainda precisam internalizar mais fortemente as questões de austeridade no uso da água e de preservação das nascentes e de áreas de preservação. Isso talvez aconteça porque parte da população no litoral, pela proximidade com o mar, não internaliza facilmente a situação de falta de água.
3. A severidade da crise hídrica gerou na microrregião, entre 2014 e 2017, muitos conflitos sociais pelo uso da água e os motivos podem ser recorrentes.
4. A forte participação de atividades agrícolas usuárias intensivas de água provoca uma demanda hídrica preocupante. A microrregião precisa desenvolver estruturas para retenção de água.

Historicamente, como abordado nas entrevistas, a postura da população oscila entre poupança e desperdício de água. Nos momentos de crise hídrica, a população internaliza a necessidade de poupar água, seja no uso residencial (urbano ou rural), seja para uso nas atividades produtivas, inclusive, agrícolas. Em momentos de chuvas e de abundância hídrica, porém, a postura se altera, voltando a um comportamento sem preocupação clara com a poupança de água.

Na bacia hidrográfica do Rio Itaúnas, que engloba sete dos nove municípios da microrregião, a precipitação oscila de 942 mm/ano a 1.337 mm/ano, com valor médio de 1.110 mm/ano, abaixo da média estadual que é de 1.219 mm/ano. Na bacia hidrográfica do Rio São Mateus, onde fica localizado o município de São Mateus e parte de Jaguaré, a precipitação varia de 948 mm/ano a 1.288 mm/ano, com valor médio de 1.150 mm/ano, ficando também abaixo da média estadual (ESPÍRITO SANTO, 2018).

Os Comitês de Bacia Hidrográfica vêm cumprindo um importante papel e ganhando legitimidade, mas, de forma geral, para boa parte da população, ainda não são conhecidos os mecanismos institucionais para a gestão da água. Muitos atores da microrregião, mesmo no meio rural, não conhecem nem mesmo as funções que cumprem esses Comitês na gestão dos recursos hídricos.

A recuperação de sua capacidade hídrica é outro tema que se mostrou importante. Segundo os entrevistados, as atividades agrícolas têm se

caracterizado por um uso cada vez mais intensivo da irrigação. A irrigação é o uso que demanda maior quantidade de água, com 90,9% na Bacia Hidrográfica do Itaúnas e 94,7% na Bacia Hidrográfica do São Mateus. O fato agravante é que ainda há muitos produtores rurais usando sistemas antigos de irrigação em detrimento de sistemas mais modernos, de irrigação direcionada (ESPÍRITO SANTO, 2018b).

A forte demanda por água, em função de suas atividades (pecuária, café, fruticultura, silvicultura) e sua escassez, acabou por gerar graves conflitos sociais. A construção de barragens é assunto polêmico e controverso. Parte dos entrevistados considera a sua construção como ponto fundamental para segurança hídrica da microrregião, podendo armazenar água para os períodos de escassez. Já os moradores que residem próximos à zona litorânea, consideram a construção de barragens rio acima, como um fator prejudicial à qualidade e quantidade de água que chegam até eles.

Outro ponto importante é que todos os entrevistados assumiram a ideia de que a microrregião Nordeste será fortemente impactada pela mudança climática em curso. Dois desafios foram colocados nesse sentido. O primeiro é que as principais atividades da microrregião são usuárias intensivas de água. Com o agravamento das mudanças climáticas, a tendência é que haja menos disponibilidade de recursos hídricos e que os períodos de estiagem sejam mais longos o que afetará significativamente essas atividades, podendo fazer com que parte delas se torne inviável na microrregião.

O segundo desafio está ligado ao fato de que toda e qualquer ação voltada para a diminuição dos efeitos da mudança climática só tem resultado a longo prazo. Os processos como reflorestamento, recomposição de mata nativa, recomposição de leito dos rios não apresentam resultados imediatos, o que faz com que as ações postuladas nos planos de bacia ou nos planos precisem ser iniciadas o mais rápido possível.

Apesar da presença das ETEs nas sedes regionais, muitos municípios não possuem rede coletora de esgoto em sua totalidade, tratando apenas parte do esgoto gerado. Existe a demanda pela construção de novas ETEs e redes coletoras e da garantia da ligação das residências a rede coletora. O saneamento rural também é citado, levando em consideração que existem muitas comunidades rurais que acabam utilizando fossas rudimentares ou disposição do esgoto *in natura* no corpo hídrico mais próximo.

Os municípios de Ponto Belo, Mucurici, Montanha, Pedro Canário, Pinheiros e Boa Esperança foram classificados, no Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação aos Efeitos da Seca, como áreas susceptíveis à desertificação, na categoria de Áreas do Entorno das Áreas Semi-Áridas e Subúmidas Secas. Pode-se dizer que grande parte do território da microrregião Nordeste apresenta esse processo de desertificação, exceto os municípios de Conceição da Barra, São Mateus e Jaguaré (BRASIL, 2005).

Destaca-se também que, no ES 2030, esses elementos aparecem como pontos fracos e como ameaças. Nesse sentido, ainda, há uma convergência clara das proposições entre o ES 2030, mas que também se alinham aos planos de bacias hidrográficas e aos planos de recursos hídricos.

Quando se observa o Planejamento Estratégico Regionalizado do estado, vê-se que a questão hídrica é contemplada, principalmente, em termos de construção

de barragens na microrregião. Entretanto, há, ainda, no planejamento, uma série de estratégias previstas que poderão contribuir para renovar a capacidade hídrica. Quando se olha para as demandas da Câmara Temática, observa-se que são condizentes, convergentes e estão presentes tanto no Plano de Bacias quanto no Plano Estadual de Recursos Hídricos.

2.4 – Considerações sobre as questões econômicas

As principais constatações sobre o eixo econômico podem ser vistas a seguir.

1. A microrregião reconhece uma queda da sua dinâmica econômica e que, por vários fatores, perdeu importância relativa na economia capixaba. A recuperação dessa dinâmica depende do retorno da capacidade de atrair novos investimentos, fortemente polarizado por Linhares, que tem obtido maior êxito nesse sentido.
2. Em termos de grandes obras com impactos econômicos, duas são colocadas como essenciais para o retorno da dinâmica econômica: a instalação definitiva e operação do Petrocity e a construção de rodovias e ferrovias com eixos horizontais no norte do estado.
3. A saída da Petrobrás cria um certo vácuo no setor e na microrregião. Embora o fato gere muitas incertezas, precisa ser olhado também pelo lado das oportunidades que se abrem. Entretanto, são necessárias atuações complementares entre estado, prefeituras e empresas para que essa transição aconteça com ganhos para o desenvolvimento da microrregião.
4. As pequenas e médias empresas, principais sustentadoras dos empregos na microrregião precisam de mais atenção e planos, e ações estratégicas também precisam ser desenhadas para essas empresas.

A economia da microrregião é fortemente influenciada pela atividade de silvicultura, petróleo e gás, café Conilon, pecuária mista, cana-de-açúcar e seu processamento (usinas de álcool) e fruticultura diversificada, apresentando grande quantidade de fornecedores de bens e serviços para a indústria local. A participação da microrregião no PIB do Espírito Santo, que já foi de 4,76%, em 2002, caiu para 3,97%, em 2017. São Mateus concentra cerca de 30% do PIB da microrregião. O PIB *per capita* da microrregião era de R\$ 15.423,91, em 2017, abaixo da média estadual de R\$ 28.222,56 (IJSN, 2017b).

A microrregião respondeu, em 2018, por 6,1% dos estabelecimentos formais do estado, embora, em números absolutos, tenha havido uma queda de 6,3%, entre 2015 e 2018. Já o emprego formal caiu 2,82% no mesmo período. O rendimento médio do emprego formal também apresentou queda de 4,1%, entre 2015 e 2018. Seu valor, em 2018, foi de R\$ 1.752,00, abaixo da média estadual (BRASIL, 2020b).

Em termos de comércio internacional, todos os municípios da microrregião exportaram, em 2019. Grande parcela do valor das vendas externas foi proveniente de São Mateus (76,5%). O segundo maior exportador foi Boa Esperança (12,9%). Os principais produtos da pauta exportadora da microrregião Nordeste, em 2019, foram: pimenta (US\$ 36,54 milhões); gengibre (US\$ 6,48

milhões); e outras frutas de casca rija, frescas ou secas (US\$ 6,42) (BRASIL, 2020c).

Entre 2008 e 2017, a participação da indústria no PIB da microrregião Nordeste caiu de 22,3% para 10,0%. O peso da indústria da microrregião Nordeste no Valor Adicionado Bruto desse setor no Espírito Santo caiu ao longo dos anos. Em 2002, o setor respondia por 4,2% do VAB industrial do estado e, em 2017, caiu para 2,1%. Nessas indústrias, as principais atividades são: construção de edifício, fabricação de produtos de minerais não metálicos, fabricação de produtos alimentícios e manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (IJSN, 2017b)..

A agropecuária responde por 11,36% do PIB da microrregião. As lavouras permanentes geraram R\$ 803,7 milhões em valor de produção, no ano de 2017, portanto, foram muito representativas. Três produtos destacam-se em termos de valor gerado: o café canephora em grão, o mamão e a pimenta-do-reino (IJSN, 2017b).

Já o setor terciário respondeu, em 2017, por 70,1% do PIB, dado fortemente influenciado pela concentração, na microrregião, dos serviços na área de educação no norte do estado. Em termos do comércio, é representativo o comércio varejista, representando 90% dos estabelecimentos. Esse comércio varejista é pouco intensivo em inovações e tecnologias avançadas. Quanto aos serviços (à exceção da educação), não foram identificados serviços classificados como intensivos em conhecimento(IJSN, 2017b)..

Deve se considerar também as “economias alternativas”, fortemente fundadas em negócios informais. As alternativas econômicas incluem a implantação de agroindústrias familiares, criação de produtos agroturísticos, de artesanato e gastronômicos. Apesar de diversas agroindústrias familiares empregarem insumos da própria propriedade resultantes da agricultura e pecuária, a construção do valor adicionado pela atividade agroindustrial requer planejamentos de produtos e processos que extrapolam as atividades primárias.

Vale também considerar a economia criativa, muito significativa na microrregião. Nesse sentido, merecem destaque: prestadores de serviços de marketing direto; produção audiovisual; produtores musicais; produtores de fotografias; atividades de sonorização e iluminação; atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão; ensino em setores criativos; arte e cultura, atividades paisagísticas e promoção de eventos.

O café respondeu por 49,3% do valor gerado pelas lavouras permanentes que, por sua vez, responde por 18,5% do montante gerado por esse produto no estado (CONAB, 2020). Como fraquezas que ainda precisam ser superadas no setor, notam-se (i) a baixa rastreabilidade da produção; (ii) o processo de pós-colheita ainda insatisfatório; (iii) a assistência técnica insuficiente ao produtor; (iv) a dificuldade de acesso à mão de obra; (v) o uso inadequado dos defensivos agrícolas; (vi) o marketing de valorização do café capixaba e brasileiro, dentre outros.

É preciso destacar que o efeito do *déficit* hídrico, entre 2014 e 2017, que impactou significativamente na produção, na economia, nas questões sociais e ambientais, não pode ser analisado como efeito isolado. A degradação ambiental, o desflorestamento e as altas temperaturas são fatores que, somados, potencializam os efeitos negativos sobre a cafeicultura na microrregião.

A fruticultura de grande escala é composta, basicamente, por cinco culturas: mamão, coco, banana, maracujá e citros, possuindo escala e capacidade de expansão e manutenção no mercado, o que não deixa de ser atrativa ao cultivo de outras frutas que poderiam apresentar potencial de crescimento.

Em 2017, o mamão foi responsável por gerar 23,3% do valor gerado pelas lavouras permanentes. Pinheiros concentrou 76,4% do valor gerado pela microrregião, sendo, também, o maior produtor estadual (em termos monetários). Outro destaque é a pimenta-do-reino, que gerou 18,9% do total gerado pela lavoura permanente na microrregião). São Mateus (65,6%) e Jaguaré (21,1%) concentraram a maior parte do valor gerado por esta cultura (IBGE, 2020, 2020b).

Embora a atividade pecuária ocupe boa parte do solo na microrregião, caracteriza-se por ser uma atividade pouco tecnificada e de baixa produtividade. O desenvolvimento da pecuária na região passa necessariamente pela elevação da taxa de lotação animal, que poderá melhorar a lucratividade por hectare/ano. Isto implica na profissionalização da atividade, com aperfeiçoamento na gestão do agronegócio da pecuária, auxiliando o planejamento da atividade e a tomada de decisão, principalmente, nos períodos críticos.

A microrregião é a principal produtora de toras de eucalipto, alcançando 41,82% de toda a produção de eucalipto no Espírito Santo, em 2018 (IBGE, 2020). A área de plantio de silvicultura vem aumentando ao longo do tempo. Isso tem levado a uma série de preocupações ambientais e sociais e, em muitos casos, levado os municípios a não autorizar (ou não licenciar) o plantio em novas áreas, o que, por outro lado, tem levado a conflitos entre as empresas produtoras e as municipalidades. Embora a área plantada tenha apresentado avanço, o valor da produção caiu significativamente, em 2017, 2018 e 2019, o que traz sérias consequências regionais, fundamentalmente em relação à diminuição da renda que é apropriada pela microrregião e que permanece no local.

Em relação ao petróleo, a problemática central da microrregião Nordeste resume-se ao equilíbrio entre dois pontos. Por um lado, há uma importante janela de oportunidades com a oferta permanente, a atração de novos atores com a venda de ativos da Petrobras e a aprovação do novo marco regulatório do setor de gás natural. Por outro lado, há, contudo, restrições a essa janela de oportunidades advindas de um cenário internacional menos favorável para o setor e da necessidade de coordenação entre os novos atores que a microrregião poderá absorver nos próximos anos. Além disso, a manutenção do mercado das empresas locais que forneciam bens e serviços para a Petrobras tornou-se um desafio para a microrregião.

Apenas quatro empresas localizadas na microrregião possuem contratos de fornecimento de bens e serviços com a Petrobras. Ou seja, a microrregião não conseguiu absorver as demandas das petroleiras devido à baixa inserção na cadeia de valor global do setor.

Em relação ao turismo, constata-se que, semelhantemente à economia como um todo, o setor, que já foi mais pujante, perdeu força nos últimos anos, o que foi severamente agravado pelas condições de isolamento social provocado pela COVID-19. A estratégia de desenvolvimento do turismo por meio das Regiões Turísticas é bem aceita. Porém, para retomar o protagonismo que o turismo já possuiu na microrregião, são apontadas necessidades como renovação da estrutura de oferta de hospedagem e lazer, capacitação (inclusive em outras

línguas) dos agentes e trabalhadores na área e restauração das infraestruturas de acesso aos pontos turísticos, além de nova roupagem na divulgação da microrregião para o restante do estado, Brasil e exterior.

Os investimentos anunciados para a microrregião, entre 2018 e 2023, correspondem a 8,6% do total anunciado para todo o estado. São Mateus receberá 65,7% do montante de investimentos anunciados para a microrregião. Conceição da Barra receberá 19,0%. Dessa forma, os dois municípios concentram 84,7% do valor dos investimentos e 55,8% da quantidade de projetos anunciados para a microrregião Nordeste (IJSN, 2019).

No Espírito Santo, no ano de 2019, foram aprovados 22 projetos com apoio da Sudene. Contudo, para a microrregião, no ano de 2019, foi registrado apenas um projeto de criação de novas empresas, no setor de alimentos, com previsão de criação de 8 empregos diretos e indiretos.

Embora a microrregião já tenha sido referência em termos de capacidade de atração de investimentos produtivos que aproveitassem os incentivos fiscais da Sudene e os ganhos logísticos de instalação às margens da BR 101, os últimos anos demonstram uma perda dessa capacidade de atração, além de perda da importância na economia capixaba. Essa perda de dinâmica – e de importância – é sentida em todos os grupos sociais entrevistados. No entanto, as razões para que isso tenha acontecido não são consensuais. Contudo, seja por qualquer fonte de explicação, o desejo fundamental é que a dinâmica da microrregião seja restabelecida e a sua capacidade de atrair investimentos seja renovada.

Para que isso ocorra, é imprescindível um salto logístico de forma que sua “vantagem competitiva” deixe de estar ancorada exclusivamente no fato de ser atravessada pela BR 101. Nessa linha, dois projetos são cruciais: o Porto de São Mateus, o Petrocity, e a finalização das obras de ligação litoral e interior.

As operações do Petrocity foram colocadas como fundamentais. Algumas empresas exportadoras relataram a impossibilidade de acessar os portos, em Vitória, visto que estes são muito especializados em produtos tradicionais. Algumas empresas optam por exportar por outros estados, tais como Rio de Janeiro, Pernambuco ou São Luís-MA, o que aumenta o custo de transporte, altera o planejamento logístico da empresa e força sua perda de competitividade.

A ideia envolvida é que as obras atreladas ao Petrocity, como ferrovias ou mesmo a federalização e posterior concessão da ES-381 (defendida por alguns empresários entrevistados), mas também a finalização da pavimentação das rodovias estaduais ligando o litoral ao interior e também a Minas Gerais, sejam elementos consolidadores de nova dinâmica econômica.

Contudo, é clara também a percepção de que há um grau elevado de incertezas sobre a operação ou não do Petrocity, em função dos vários atrasos e dificuldade de liberação das licenças necessárias.

2.5 – Considerações sobre a gestão pública e institucionalidades

Algumas constatações sobre o eixo da gestão pública podem ser observadas a seguir.

1. Os atores entrevistados na microrregião apoiam fortemente a criação e fortalecimento de instituições regionais, embora haja muitas dúvidas quanto ao seu funcionamento e sua governança.
2. Os consórcios intermunicipais são vistos com bons olhos, mas precisam ser fortalecidos.
3. Os municípios da microrregião apresentam as mesmas dificuldades da maioria dos outros municípios brasileiros – escassez de recursos e pressão de novas responsabilidades –, mas a situação é agravada em função das profundas discrepâncias financeiras e fiscais entre os municípios da microrregião.

A qualidade das instituições tem papel fundamental na efetivação dos planos de desenvolvimento. Quando se acrescentam as dimensões sociais e ambientais, as instituições ganham ainda mais peso, visto que a inserção de outras perspectivas torna todo o processo mais complexo, mas, também, alvo de dissensões decorrentes das diferentes visões sobre os temas.

Quando se toma o desenvolvimento na perspectiva regional, é preciso que, somada ao estado e aos municípios, a governança também abranja entes regionais. É nesse sentido que o papel do Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável e dos consórcios intermunicipais ganha sentido e razão de ser.

No entanto, ainda há um grande trabalho a ser feito para legitimação do Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável e dos consórcios intermunicipais que atuam na microrregião. Para a maioria dos atores ouvidos, o CDRS é um instrumento fundamental e capaz de articular as demandas regionais e criar as formas de articulação para que elas sejam atendidas. Entretanto, ainda pairam muitas dúvidas quanto à sua governança e ao seu modelo de funcionamento.

Quanto aos consórcios intermunicipais, há uma aceitação ainda maior de seu papel na melhoria das condições de desenvolvimento da microrregião. São destacados os papéis exercidos pelos consórcios na área de saúde (Consórcio Público da Região Norte do Espírito Santo (CimNorte), na área de meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico (ProdNorte) e de resíduos sólidos (CoNorte).

Somente mais recentemente é que o papel dos consórcios como auxiliar nos processos de licenciamento ambiental ganhou corpo e é visto como um fator fortemente positivo para os empreendedores locais. Por essa ótica, o papel que cumpre o ProdNorte é muito bem-vindo, na ótica dos entrevistados.

Quanto à gestão fiscal, os municípios da microrregião repetem uma lógica nacional: os municípios viram suas responsabilidades sendo aumentadas sem que houvesse contrapartida em termos de repartição dos recursos públicos, que permanecem fortemente concentradas na mão da União. As receitas totais dos municípios da microrregião aparecem, em 2019, com cerca de 3,3%, abaixo do valor de 2015. Além disso, a dependência das transferências governamentais é significativa: para cada R\$ 1,00 da Receita Total, a microrregião gera apenas R\$ 0,16 de receita própria. No período, as despesas totais foram reduzidas em 7%. A movimentação fiscal dos municípios da microrregião representa cerca de 6,0% do estado, relativamente maior que sua participação no PIB (3,9%) (SICONFI, 2020).

Na microrregião, a capacidade de poupar em relação à Receita Corrente Líquida é extremamente baixa, de 4,06%, e bastante heterogênea entre os municípios. A

capacidade de investimento dos municípios se mostra baixa: 11,2% da Receita Corrente Líquida. Já a participação dos investimentos nos gastos totais é muito volátil: foi de 7,5%, em 2016, 4,7%, em 2017, 4,3%, em 2018, e de 5,3%, em 2019 (SICONFI, 2020).

2.6 – Considerações sobre transversalidade da ciência, tecnologia e inovação

Os principais elementos diagnosticados sobre a questão de ciência, tecnologia e inovação na microrregião podem ser observados a seguir.

1. A ideia de que São Mateus irá se tornar um polo em ciência, tecnologia e inovação, capitaneando o ecossistema de inovação do Norte do Espírito Santo é válida e consensual, mas sua consolidação tem se mostrado mais lenta do que se esperava e ainda pairam incertezas de que isso se consolide como esperado.
2. A instalação da incubadora norte do Espírito Santo será um passo fundamental que inaugurará, de forma mais pragmática, o Ecossistema de Inovação no Norte do Espírito Santo.
3. É premente a criação de uma rede de pesquisas que conecte, de forma mais abrangente e aprofundada, a ciência e os conhecimentos gerados na microrregião para que haja sinergias entre o que é criado e o que é também gerado de conhecimento no restante do Espírito Santo, no Brasil e no exterior.
4. Os projetos de extensão têm sido a forma mais efetiva de se levar ciência, tecnologia e inovação para a sua aplicação em todos os ramos produtivos na microrregião, mas precisam ser tomados de forma mais estratégica.

Para as questões institucionais que estão se configurando para a consolidação do Ecossistema de Inovação no Norte do Espírito Santo, é preciso desconsiderar a separação entre microrregiões Nordeste e Noroeste. As instituições que lidam com ciência, tecnologia e inovação, nessas microrregiões, estão trabalhando de forma conjunta, criando uma sinergia que se mostra promissora. Toda essa articulação está acontecendo, tendo o município de São Mateus como âncora.

A constituição e instalação da incubadora tecnológica e social do norte do Espírito Santo figura, então, como a materialização do ecossistema de inovação no Norte capixaba. Embora se possa dizer que o ecossistema já exista enquanto articulação e algumas atividades por empreendedores locais, sua materialidade parece estar muito atrelada ao início da operação da incubadora, cujos processos finais de constituição e instalação foram prejudicados em função das mudanças sociais e de operação dos processos, todos provocados pela pandemia da covid-19, em 2020. É de se esperar que tão logo o arrefecimento do isolamento social possa acontecer, a incubadora seja instalada e o ecossistema do Norte do Espírito Santo ganhe mais robustez.

A ideia fundamental que paira em torno da incubadora norte capixaba é que ela realize projetos e trabalhos estruturantes para desenvolver a cultura inovadora no Norte do Espírito Santo, recebendo demandas de empresas, órgãos públicos, sociedade civil etc. e articulando competências necessárias para realizá-los,

formando uma rede de competências locais, gerando, difundindo e enraizando o conhecimento e a cultura pela inovação no Norte do Espírito Santo.

Essa articulação envolve, além dos atores mencionados, também a Mobilização Capixaba (MCI) para a Inovação e o Banco do Nordeste (BNB). A participação dessas duas entidades é importante porque significa a possibilidade de incentivos institucionais significativos, além, no caso da MCI, do acesso ao fundo atrelado ao Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (Funcitec).

Ao vincular fortemente as questões sociais em sua concepção, a incubadora opta por uma direção em que a sua atuação não será pautada apenas em inovações de bases tecnológicas e aponta também para necessidade de apoio às de bases sociais, que são caracterizadas por uso de tecnologias mais padronizadas e não, necessariamente, baseadas em internet e tecnologias digitais.

A consolidação do ecossistema de inovação do norte do Espírito Santo não elimina, contudo, a necessidade de criação de uma rede de pesquisas mais consolidada tanto interna quanto externa à microrregião. A pesquisa, na microrregião, acontece liderada pelas instituições de ensino superior e pelos institutos de pesquisa estaduais, com proeminência clara do Incaper. Foram identificados 48 grupos de pesquisa, com predominância na área de engenharias com cerca de 35% do total.

Embora, para alguns projetos, haja um bom nível de cooperação para a pesquisa, que envolve, nesse caso, a Ufes/Ceunes, a Faculdade Vale do Cricaré, a Multivix e o Ifes São Mateus e Montanha, não se pode ainda falar em uma rede institucionalizada e consolidada de pesquisa. A cooperação é, nesse caso, muito vinculada a projetos específicos e, por vezes, temporários.

Todos os líderes de grupos de pesquisa na microrregião relataram dificuldades de financiamento da pesquisa: os recursos são cada vez mais escassos e nem sempre os editais abertos contemplam pesquisas que podem ser enquadradas nas realidades específicas da microrregião.

Foram mapeados 124 laboratórios de pesquisa. Como ocorre com os grupos, os laboratórios estão direcionados mais para as áreas de engenharia e ciências biológicas e da saúde (cerca de 61% do total) e são majoritariamente usados nas atividades de ensino. Foram relatadas muitas dificuldades de recursos para expansão, operação e manutenção dos laboratórios de pesquisa.

Com exceção das pesquisas voltadas para a agricultura, pecuária e petróleo, a relação com o setor produtivo ainda é muito incipiente. Atores locais do setor produtivo também indicam pouca aproximação entre a academia, as pesquisas, os laboratórios e as suas demandas. Ou seja, parece haver espaço tanto no campo das intenções quanto em termos de demanda para que a relação entre a academia e a pesquisa seja fortalecida a partir da interação com o setor produtivo.

Por fim, destaca-se que, paralelamente, à atuação dos grupos e do desenvolvimento da pesquisa, os projetos de extensão são de fundamental importância porque representam a forma mais próxima, por meio da qual as comunidades locais aplicam os conhecimentos gerados nas IES. São nos projetos de extensão que as comunidades sentem mais os efeitos positivos da presença das IES na microrregião. Contudo, os projetos de extensão precisam ser tomados como mais estratégicos. Para isso, é preciso também que sejam mais

institucionalizados e que as IES da microrregião também estudem a possibilidade de criação de redes de extensão, com a participação de todas atuando em comunidades com projetos complementares.

Considerações finais

Este documento apresentou alguns dos principais elementos diagnosticados na microrregião Nordeste que, de alguma forma, impactaram e continuam impactando seu processo de desenvolvimento socioeconômico.

A complexidade do processo de desenvolvimento regional sustentável aumenta na medida em que a face econômica precisa ser convergente às perspectivas social, ambiental e institucional. E esta foi a perspectiva aqui assumida. O relatório, em si, reflete essa complexidade na medida em que considera, também, a visão de vários grupos e atores sociais, muitas vezes, divergentes entre si.

Por fim, ficaram evidentes os anseios da população da microrregião, principalmente, para que o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável seja, para além das discussões teóricas, uma prática sobre suas realidades, uma ferramenta de aumento do bem estar e da qualidade de vida da microrregião.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil. DATASUS. **Informações em Saúde (TABNET)**. 2020. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>. Acesso: 04 de ago.2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Relação Anuais de Informações Sociais - RAIS**. 2020b. Disponível em: Acesso: 04 de dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **COMEX STAT – Sistema de dados do comércio exterior**. 2020c. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home> Acesso: 04 de dez. 2020.

BRASIL. **Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS)**. 2018. Disponível em www.snis.gov.br Acesso: 30 de out. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Secretaria de Recursos Hídricos. Coordenadoria Técnica de Combate à Desertificação. **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN Brasil**. Brasília: MMA, 2005.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Safra Brasileira de Café: Quatro levantamento, dezembro 2020 – safra 2019/2020**. : Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento. 2020. Disponível em: . Acesso em: 11 de fev. 2020.

ESPIRITO SANTO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Plano Estadual de Resíduos Sólidos - PERS/ES**. 2019. Disponível em:

<https://seama.es.gov.br/plano-estadual-de-residuos-solidos>. Acesso: 25 set. 2020.

ESPÍRITO SANTO. Agência Estadual De Recursos Hídricos. **Diagnóstico e o Prognóstico das Condições de Uso da Água na Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus**. Vitória: Agerh, 2018. Disponível em <https://agerh.es.gov.br/cbh-sao-mateus/plano-de-bacia> . Acesso: 15 set. 2020.

ESPÍRITO SANTO. Agência Estadual De Recursos Hídricos. **Plano Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo**. Vitória, 2018b. Disponível em <https://perh.es.gov.br> . Acesso: 15 set. 2020.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. **PAEBES. Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo**. Vitória - ES: 2017.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Saúde. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Vitória, 2016. 426 p.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Economia e Planejamento. **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030**. 2013. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/eto-estrategico>. Acesso: 29 de mar. 2020.

INEP – INSTITUCIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. 2020. Disponível em WWW.idep.inep.gov.br Acesso: 20 set. 2020.

INEP – INSTITUCIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo do Ensino Superior**. 2020b. Disponível em WWW.idep.inep.gov.br Acesso: 21 de Nov.. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso: 21 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA: pesquisa mensal de previsão e acompanhamento da safra agrícola do Espírito Santo**. 2020b. <https://www.ibge.gov.br>; Acesso: 21 de set.2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/censo2010/.html?=&t=downloads>; Acesso: 29 de set.2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Painel de infraestrutura – Microrregião Nordeste**. 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Segurança pública**. 2020b. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/indicadores/seguranca-publica>. Acesso: 13 dez. 2020.

INSTITUTO JONES DO SANTOS NEVES. Boletim de informações criminais. 4º trimestre de 2019. Boletim nº 28. Vitória, ES, 2020c. Disponível em:

<http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6903>; Acesso: 01 jun. 2020.

INSTITUTO JONES DO SANTOS NEVES. **Investimentos Anunciados e Concluídos no Espírito Santo 2018-2023.** 2019. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6644> ; Acesso: 01 dez. 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Avaliação do Programa Caminhos do Campo.** Vitória: IJSN, 2017.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios** – 2017b. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5505-produto-interno-bruto-pib-dos-municipios-2017>. Acesso: 13 dez. 2020.

INSTITUTO JONES DO SANTOS NEVES. **Déficit habitacional no Espírito Santo com base no CadÚnico. Texto para discussão número 53.** Vitória, ES, 2015. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20150521_ij01377_texto_discussao53.pdf; Acesso: 20 de ago.2020.

SECRETARIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DO SETOR PÚBLICO BRASILEIROS (SICONFI). **Finbra** - base de dados contábeis e fiscais dos entes federativos. 2020. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>. Acesso: 23 nov. 2020.